

EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES DE MATEMÁTICA: UMA ANÁLISE DE DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DE RONDÔNIA

EDUCACIÓN RURAL Y FORMACIÓN DE PROFESORES DE MATEMÁTICAS: UN ANÁLISIS DE LOS DOCUMENTOS CURRICULARES DEL ESTADO DE RONDÔNIA

RURAL EDUCATION AND THE TRAINING OF MATHEMATICS TEACHERS: AN ANALYSIS OF CURRICULAR DOCUMENTS FROM THE STATE OF RONDÔNIA

Márcia Regina de Souza Silva*

Sílvia Letícia da Silveira Neves Barboza**

Flávio Augusto Leite Taveira***

Deise Aparecida Peralta****

RESUMO

Este artigo relata uma investigação que objetiva analisar a presença ou ausência de fundamentos da Educação do Campo (EdoC) nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos de Licenciatura em Matemática ofertados por instituições públicas de ensino superior no estado de Rondônia. Partindo das demandas históricas dos movimentos sociais, que reivindicam uma formação docente contextualizada às especificidades do campo, o estudo analisa documentos curriculares com base na análise documental. O trabalho destaca a importância da Educação do Campo como um âmbito discursivo fundamentado em princípios de justiça social, direito à terra e reforma agrária. A partir das dimensões analisadas, identificam-se lacunas na articulação explícita entre os currículos e os fundamentos da EdoC, apesar de o Plano de Desenvolvimento Estadual de Rondônia (PDES 2015-2030) apresentar diretrizes que incluem a criação de uma Faculdade Estadual Rural. Os resultados evidenciam que, embora algumas dispersões como Educação Matemática e Etnomatemática sejam recorrentes nos PPC analisados, a abordagem da Educação do Campo aparece de forma limitada e fragmentada. Apenas os PPC de alguns dos cursos investigados apresentam referências diretas à temática, mas sem aprofundamento teórico. Além disso, há uma carência de formação específica para professores de Matemática voltada ao contexto das escolas do campo. Por fim, o artigo reflete sobre a necessidade de revisão curricular dos cursos de

* Mestra em Educação Matemática pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, São Paulo, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Eng. Luís Edmundo Carrijo Coube, 2085, Núcleo Residencial Pres. Geisel, Bauru, SP, Brasil, CEP 17033-360. E-mail: marcia.r.souza@unesp.br.

** Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, São Paulo, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Eng. Luís Edmundo Carrijo Coube, 2085, Núcleo Residencial Pres. Geisel, Bauru, SP, Brasil, CEP 17033-360. E-mail: silvia.barboza@unesp.br

*** Mestre em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, São Paulo, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Eng. Luís Edmundo Carrijo Coube, 2085, Núcleo Residencial Pres. Geisel, Bauru, SP, Brasil, CEP 17033-360. E-mail: flavio.taveira@unesp.br.

**** Livre-docente em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora Associada da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Av. Eng. Luís Edmundo Carrijo Coube, 2085, Núcleo Residencial Pres. Geisel, Bauru, SP, Brasil, CEP 17033-360. E-mail: deise.peralta@unesp.br.

Licenciatura em Matemática e a ampliação da Licenciatura em Educação do Campo (LEdC) para contemplar a formação de docentes de Matemática. Conclui-se que, ao integrar princípios da EdoC aos currículos, as instituições públicas podem atuar como agentes de transformação social, promovendo uma educação emancipatória e alinhada às demandas das populações campesinas.

Palavras-chave: Educação do Campo. Licenciatura de Matemática. Currículo. Projeto Pedagógico de Curso. Justiça Social.

RESUMEN

Este artículo reporta una investigación sobre la presencia o ausencia de los fundamentos de la Educación del Campo (EduC) en los Proyectos Pedagógicos de Curso (PPC) de los programas de Licenciatura en Matemáticas ofrecidos por instituciones públicas de educación superior en el estado de Rondônia, Brasil. Partiendo de las demandas históricas de los movimientos sociales que abogan por una formación docente contextualizada a las especificidades del campo, el estudio analiza documentos curriculares utilizando el análisis documental. El trabajo resalta la importancia de la Educación del Campo como un campo discursivo basado en principios de justicia social, derecho a la tierra y reforma agraria. A partir de las dimensiones analizadas, se identifican brechas en la articulación explícita entre los currículos y los fundamentos de la EduC, a pesar de que el Plan de Desarrollo Estatal de Rondônia (PDES 2015–2030) incluye directrices que contemplan la creación de una Facultad Estatal Rural. Los resultados evidencian que, aunque algunas corrientes como la Educación Matemática y la Etnomatemática son recurrentes en los PPC analizados, el enfoque sobre la Educación del Campo aparece de manera limitada y fragmentada. Solo los PPC de algunos de los cursos investigados presentan referencias directas al tema, pero sin un desarrollo teórico profundo. Además, existe una carencia de formación específica para profesores de Matemáticas orientada al contexto de las escuelas rurales. Finalmente, el artículo reflexiona sobre la necesidad de revisar los currículos de los programas de Licenciatura en Matemáticas y de ampliar la Licenciatura en Educación del Campo (LEdC) para incluir la formación de docentes en Matemáticas. Se concluye que, al integrar los principios de la EduC en los currículos, las instituciones públicas pueden actuar como agentes de transformación social, promoviendo una educación emancipadora y alineada con las demandas de las poblaciones rurales.

Palabras clave: Educación del Campo. Licenciatura en Matemáticas. Currículo. Proyecto Pedagógico de Curso. Justicia Social.

ABSTRACT

This article reports on an investigation into the presence or absence of the principles of Rural Education (Educação do Campo - EdoC) in the Pedagogical Course Projects (PPC) of Mathematics Teaching degree programs offered by public higher education institutions in the state of Rondônia, Brazil. Grounded in the historical demands of social movements advocating for teacher training that is contextualized to the specificities of rural areas, the study analyzes curriculum documents using a documentary analysis. The work highlights the importance of Rural Education as a discursive field based on principles of social justice, land rights, and agrarian reform. From the dimensions analyzed, gaps are identified in the explicit articulation between the curricula and the principles of EdoC, despite the fact that the Rondônia State Development Plan (PDES 2015–2030) includes guidelines for creating a State Rural College. The results show that while some aspects, such as Mathematical Education and Ethnomathematics, are recurrent in the PPC analyzed, the approach to Rural Education appears limited and fragmented. Only the PPC of a few of the investigated programs include direct references to the subject, and even then, without theoretical depth. Furthermore, there is a lack of specific training for Mathematics teachers designed for the rural school context. Finally, the article reflects on the need for curricular revisions in Mathematics Teaching degree programs and the expansion of the Rural Education Teaching degree program (LEdC) to encompass the training of Mathematics teachers. It concludes that

by integrating the principles of EdoC into their curricula, public institutions can act as agents of social transformation, promoting an emancipatory education aligned with the needs of rural populations.

Keywords: Rural Education. Mathematics Teaching Degree. Curriculum. Pedagogical Course Project. Social Justice.

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais demandas dos movimentos sociais ligados à Educação do Campo (EdoC) refere-se à formação de professores para o Ensino Fundamental e Médio. Essa formação deve estar alinhada com as especificidades do campo, abordando temas como a reforma agrária, os modos de produção e a agricultura familiar, entre outros. Assim, espera-se que professoras e professores estejam aptos a integrar essas questões ao currículo, proporcionando uma educação contextualizada e relevante para as populações do campo.

Nesse contexto, surge no Brasil um projeto piloto de Licenciatura em Educação do Campo (LEdC), que se expande, por meio de editais lançados pelo Ministério de Educação (MEC) nos anos de 2009 e 2012, e, segundo Caldart (2019), nasce para ser trincheira da EdoC. A proposta formativa dos cursos, de acordo com Scariot *et al.* (2020, p. 6), vislumbra professores “aptos para lecionar no campo” em diversas áreas do conhecimento, entre elas “Ciências da Natureza e Matemática, Linguagens, Ciências Humanas e Sociais ou ainda Ciências Agrárias”, podendo ainda atuar na gestão das escolas do campo, que “além da interdisciplinaridade, operam com a pedagogia da alternância.” (Trevisan; Dalcin, 2020, p. 212).

A Universidade Federal de Rondônia (UNIR), especificamente o campus de Rolim de Moura, participou do edital de Chamada Pública nº 02, de 31 de agosto de 2012, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do MEC. A proposta enviada pela UNIR surge de articulação coletiva com movimentos sociais ligados ao campo, objetivando a implantação de curso com habilitações em Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, “tendo em vista a carência de profissionais nessas áreas do saber e que atendam às realidades específicas do campo” (UNIR, 2014, p. 5). Em destaque na seção que trata do objetivo geral do curso, há menção a um compromisso em contribuir com a formação de futuros docentes em “consonância com a realidade socioeconômica e cultural específica das populações do campo” (UNIR, 2014, p. 13), isso pois não existe na região uma “oferta de curso

superior público, bem como professores graduados para atuarem no campo com formação específica para a realidade do campo” (UNIR, 2014, p. 11).

Assim, a partir da aprovação da referida proposta, a implantação da LEdoC no estado de Rondônia se efetiva. Entretanto, dada a opção das habilitações no momento da construção da proposição à chamada do MEC, não se efetivou um curso que habilita, especificamente, professoras e professores para a docência de matemática na EdoC nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Nesse sentido, parece pertinente investigar sobre a formação de professoras e professores de matemática, indagando: quais são os cursos de formação que atendem aos níveis de ensino mencionados e consideram as especificidades da Educação do Campo, conforme reivindicado pelos movimentos sociais no estado de Rondônia?

Em termos conceituais, esta pesquisa perpassa pelo ideário de Educação do Campo que (re)conhece os sujeitos do campo em suas pluralidades, valorizando seus diferentes fazeres e saberes, suas diversidades – como a diversificação da produção via a agricultura familiar –, e perseguindo uma formação emancipatória das camponesas e camponeses, formação essa que se vincula ao direito à terra e à reforma agrária, sendo esses sujeitos do campo pessoas coletivas, históricas e sociais. Ou seja, a pesquisa considera que:

Sujeitos de diferentes lutas sociais se associam com a finalidade de organizar uma luta comum: a luta do povo que vive e trabalha no campo pelo acesso à educação pública, o qual historicamente lhes tem sido negado. Essa luta começa por garantir escolas públicas no campo, e que possam se construir como escolas do campo (Caldart, 2019, p. 59).

Em outras palavras, esta pesquisa se alinha aos fundamentos da Educação do Campo segundo Caldart (2019), a saber: “1) na luta dos sujeitos coletivos do trabalho do campo; 2) na agricultura camponesa (luta, trabalho, cultura) e no confronto de classe que move seu desenvolvimento histórico; 3) em uma concepção de educação com finalidade emancipatória” (Caldart, 2019, p. 59).

Metodologicamente, o trabalho se constitui em uma análise documental, que seguirá os pressupostos de Cellard (2012), adotando uma perspectiva interpretativa de currículo como ação social e histórica de sujeitos engajados em lutas por justiça social que, identificando e assumindo a defesa de políticas culturais da diferença, as combine coerentemente com a política social e econômica da igualdade (Fraser, 2006; 2009), para analisar documentos curriculares. Para tanto, os documentos curriculares que se figuram como objeto de análise da presente pesquisa são os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Licenciatura em Matemática e da

Licenciatura em Educação do Campo de instituições de ensino superior públicas do estado de Rondônia.

A partir de busca nos websites das, foram levantados os cursos de Licenciatura em Matemática ofertados pelas instituições no estado, em seguida foram localizados os PPCs que foram submetidos à análise diante da questão de investigação, considerando proceduralmente a presença e/ou ausência de fundamentos da Educação do Campo, segundo Caldart (2019), em documentos curriculares dos cursos de Licenciatura em Matemática de instituições públicas do estado de Rondônia. Nesse sentido, em termos práticos, este artigo objetiva analisar a presença ou ausência de fundamentos da Educação do Campo nos Projetos Pedagógicos de Curso dos cursos de Licenciatura em Matemática ofertados por instituições públicas de ensino superior no estado de Rondônia.

Destarte, em termos estruturais, o presente texto apresenta cinco seções construídas de acordo com as dimensões propostas em Cellard (2012), a saber, a) contexto; b) autores; c) conceitos-chave e a lógica interna do texto; d) conceitos-chave e a lógica interna do texto; e e) análise. Na seção *Contexto*, são evidenciadas características socioeconômicas e educacionais do estado de Rondônia, bem como as características das localidades em que as instituições estão instaladas e dos seus respectivos PPCs. A seção que apresenta os *Autores* enfatiza os participantes no processo de elaboração de cada um dos documentos analisados. Uma terceira seção do texto discute a *Autenticidade, Confiabilidade e a Natureza do Texto*. Há ainda uma quarta seção, *Conceitos-Chave e a Lógica Interna do Texto*, que foi tecida considerando dispersões a partir de uma concepção foucaultiana. Finalmente, na seção de *Análise*, são elaboradas reflexões quanto a ausências e/ou presenças de fundamentos de EdoC, de acordo com o proposto por Caldart (2019), em documentos curriculares de formação inicial dos cursos de Licenciatura em Matemática do estado de Rondônia.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 A constituição dos dados

Metodologicamente, esta pesquisa se estrutura com base na análise documental, concentrando-se nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Licenciatura em Matemática e em Educação do Campo de instituições públicas de Rondônia. A análise segue as diretrizes de Cellard (2012) e examina a presença de fundamentos da Educação do Campo nos documentos

curriculares desses cursos, conforme Caldart (2019). Adotamos uma perspectiva de currículo como ação social e histórica, investigando o alinhamento dos PPC com as demandas dos movimentos sociais por uma educação voltada ao contexto do campo e à justiça social, baseada não só nesta última, mas também nas políticas culturais e econômicas de igualdade e diferença propostas por Fraser (2006; 2009).

Para identificar elementos da Educação do Campo, foram mapeados os PPCs mais recentes, disponíveis nos websites das instituições. Os PPC foram analisados segundo cinco dimensões: a) Contexto, considerando as características políticas, sociais e econômicas locais; b) Autores, investigando as identidades e papéis dos responsáveis pelos documentos; c) Autenticidade e Confiabilidade, assegurando a qualidade textual; d) Natureza do Texto, focada nos currículos como normas estruturantes da formação; e e) Conceitos-chave e Lógica Interna, usando o conceito de “dispersões” foucaultianas para explorar temas como Educação do Campo, Etnomatemática e reforma agrária, ponderando se as propostas curriculares dos cursos atendem às especificidades reivindicadas pelos movimentos sociais.

A análise, amparada no conceito de dispersão, corrobora o já defendido por Souza (2006, p. 66), admitindo que “não existe enunciado isolado”, pois eles ganham sentido em um conjunto estrutural que lhes confere força. Na análise dos documentos curriculares, busca-se identificar termos e/ou expressões que mantenham relações enunciativas entre si para examinar presença e/ou ausência de fundamentos da Educação do Campo. Segundo Foucault (2008, p. 132), os enunciados não estabelecem entre si “uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, isso porque os enunciados, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência” (Foucault, 2008, p. 132). Sendo assim, a dispersão revela leis de coexistência que podem indicar se as diretrizes para os currículos, expressas nos documentos analisados, refletem a especificidade da EdoC nos cursos investigados.

2.2 As análises

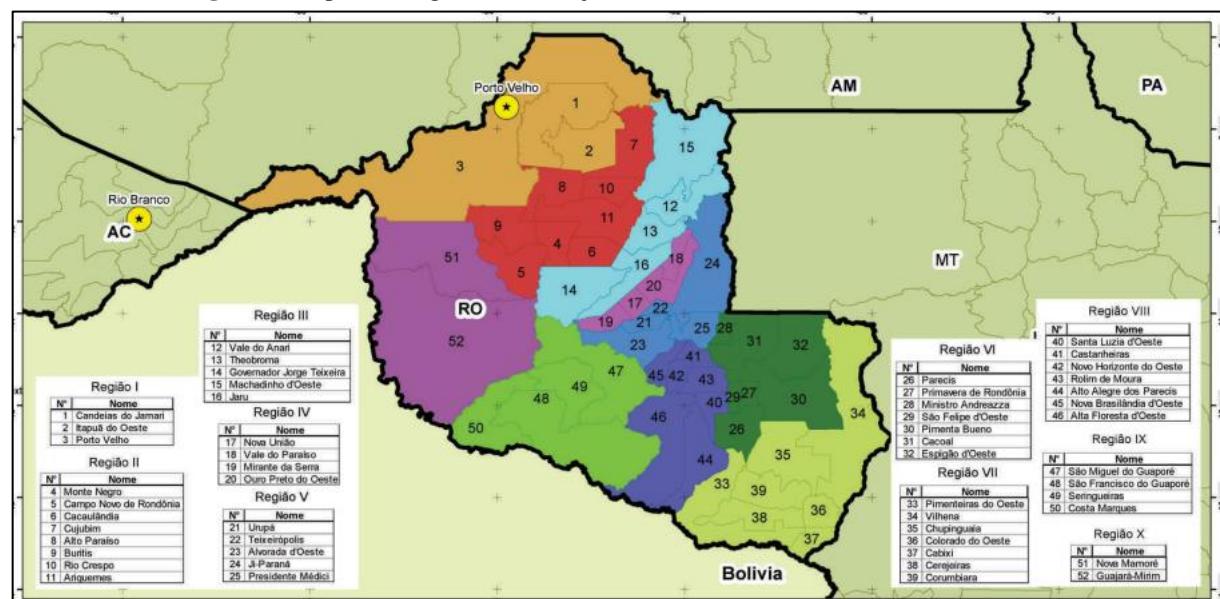
2.2.1 Contexto - O Estado de Rondônia

O Estado de Rondônia está localizado na região Norte do Brasil. Possui 52 municípios e ocupa uma área de 237.590,547km², com uma população de 1.581.016 pessoas e uma densidade demográfica de 6,65 habitantes por quilômetro quadrado.

Rondônia é um dos estados mais recentes da Federação. Sua origem remonta à década de 1950, quando o governo federal criou oficialmente vários territórios, incluindo o Território Federal do Guaporé. Em 1956, sua denominação foi alterada para Território Federal de Rondônia e, finalmente, em 1981, adquiriu o status de estado, mantendo o mesmo nome.

Em 2007, estudos subsequentes levaram à divisão dos 52 municípios em dez Regiões de Planejamento e Gestão, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 414, de 28 de dezembro de 2007. Essa divisão buscou respeitar as identidades e características comuns entre as regiões, a fim de orientar o planejamento e a territorialização das políticas públicas. A Figura 1 ilustra essa divisão, complementada pelas informações apresentadas na Figura 2.

Figura 1: Mapa das Regiões de Planejamento e Gestão do Estado de Rondônia



Fonte: Rondônia (2015, p. 30)

Figura 2: Legenda e informações cartográficas referente a figura 1



Fonte: Rondônia (2015, p. 30)

No Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (PDES) – 2015-2030 (Rondônia, 2015, p. 63), afirma-se que a agricultura familiar é a principal fornecedora de

produtos para o consumo regional e para as pequenas agroindústrias locais. Os pequenos produtores organizam-se por meio de associações, cooperativas e, sobretudo, pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), sob a coordenação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRO). Essas instituições promovem ações que viabilizam a permanência de milhares de famílias e jovens no campo. O documento também apresenta dados que destacam o potencial da agricultura familiar no estado.

Em Rondônia, a agricultura familiar abrange mais de 75 mil estabelecimentos, e responde por cerca de 74% do valor bruto da produção agropecuária estadual, empregando mais de 233 mil pessoas, correspondendo a 84% da mão de obra ocupada no campo. Responde também por 90% da produção cafeeira, por 93% do feijão, 92% da mandioca, 82% do leite, 65% das aves e 49% dos bovinos (IBGE/PAM, 2013; IBGE/PPM, 2013). Sua importância se revela também ao prover a segurança alimentar da população em geral, ao produzir aproximadamente 70% dos alimentos. A importância dessa categoria de produção é expressa também em toda a Região Norte (Rondônia, 2015, p. 63).

O PDES (Rondônia, 2015, p. 129-131) faz projeções para o estado para o período de 2015 a 2030, nele consta um programa para educação que, entre as 16 ações propostas, destaca-se pela pertinência às discussões deste texto, as ações 10. *Educação do Campo* e 15. *Projeto Implementação do Instituto Estadual de Educação Rural Abaitará*, com seus respectivos indicadores como mostra o Quadro 1.

Quadro 01 - Programa de Educação para EdoC e educação rural em Rondônia

Ação	Indicadores
10. Educação do Campo	Índice de elevação da escolaridade da população do campo no ensino médio.
	Índice de elevação da escolaridade da população do campo no ensino fundamental.
	Índice de Implantação do ensino médio articulado com educação profissional.
	Índice de ampliação da oferta de vagas do ensino fundamental e médio articulada com educação profissional.
15. Projeto Implementação do Instituto Estadual de Educação Rural Abaitará.	Plano de desenvolvimento institucional para implementação da Faculdade Estadual Rural elaborado.
	Estrutura física, de recursos humanos e orçamentários para implementação da Faculdade Estadual Rural implantada.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do PDES 2015

Para compreender as propostas presentes no PDES, é importante entender o contexto da Educação Básica no estado. Atualmente, Rondônia conta com três redes de ensino: municipal, estadual e federal. De acordo com o Censo Escolar de 2022, a rede pública do estado possui um

total de 1.058 instituições que atendem à Educação Básica, distribuídas entre os municípios, o estado e a federação.

Atualmente, também de acordo com o censo de 2022, a rede municipal de ensino conta com 640 escolas, das quais 387 (60,47%) estão localizadas na zona urbana e 253 (39,53%) na zona rural. A rede estadual é responsável por 408 escolas, sendo 289 (70,84%) na zona urbana e 119 (29,16%) na zona rural. Já na esfera federal, há apenas dez escolas, das quais oito (80%) estão situadas na zona urbana e duas (20%) na zona rural.

Além disso, os municípios são responsáveis por uma proporção maior de escolas na área rural em comparação ao estado, com uma diferença de mais de 10% (Referência Censo, 2022). Na rede federal, essa diferença é ainda mais acentuada, conforme demonstrado no Quadro 2 a seguir.

Quadro 02 - Censo Escolar de 2010 e 2022 no Estado de Rondônia

Rede Municipal	Urbana	Urbana	Um aumento de 105* escolas na zona urbana.	Rural	Rural	Uma diminuição de 367* escolas na zona rural.
	2010	2023		2010	2023	
*O Censo usa a nomenclatura rural para nomear as escolas do perímetro rural e não campo.						
Rede Estadual	Urbana	Urbana	Uma diminuição de 11* escolas na zona urbana.	Rural	Rural	Um aumento de 06* escolas na zona rural.
	2010	2023		2010	2023	
Rede Federal	300	289		113	119	
	Urbana	Urbana	Um aumento de 07* escolas na zona urbana	Rural	Rural	Não houve mudança na quantidade de escolas ofertadas.
	2010	2023		2010	2023	
	01	08	02	02		

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de dados do Censo Escolar Rondônia (QEDU 2023)

<https://qedu.org.br/uf/11-rondonia/censo-escolar>

Os dados mostram que, entre 2010 e 2023, houve um significativo movimento de fechamento de escolas na área rural da rede municipal de ensino do estado, com o encerramento de 367 unidades. Em contrapartida, na área urbana, registrou-se um aumento de 105 unidades. Na rede estadual, ocorreu uma redução de 11 escolas na área urbana, mas na área rural houve um acréscimo de seis unidades. Na esfera federal, verificou-se um crescimento de sete escolas na área urbana, enquanto o número de unidades na área rural permaneceu inalterado ao longo desses 13 anos.

A Lei de Diretrizes e Base de 1986 (LDB) trata especificamente no artigo 28 da oferta da Educação Básica para a população do campo, estabelecendo que os sistemas de ensino devem promover adequações necessárias para atender às peculiaridades da população campesina e de suas respectivas regiões. Entre estas, conteúdos e metodologias que atendam aos interesses de estudantes e que respeitem as fases do ciclo agrícola e condições climáticas e adequação à natureza do trabalho no campo. Em seu parágrafo único, encontra-se a inclusão da

Lei nº 12.960, de 2014, que versa sobre o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, que deverá ser “precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar” (Brasil, 1996).

Após essa breve introdução ao contexto de um dos estados mais novos da federação, localizado na Amazônia brasileira, destaca-se alguns aspectos relevantes, como o planejamento estadual para o período de 2015 a 2030, o fechamento de escolas na área rural e a importância da agricultura familiar, que conta com 75 mil estabelecimentos e é responsável por cerca de 74% do valor bruto da produção agropecuária estadual.

2.2.2 Autores

2.2.2.1 *Os cursos de Licenciatura em Matemática do Estado de Rondônia*

Conforme demonstrado na seção dedicada aos percursos metodológicos, a partir das dimensões propostas por Cellard (2012), será realizada a descrição dos Projetos Pedagógicos de Curso dos cursos de Licenciatura em Matemática de quatro instituições públicas de Ensino Superior do estado de Rondônia.

Os comentários destacados em cada uma das dimensões a seguir têm como objetivo orientar as análises quanto à presença e/ou ausência de fundamentos da Educação do Campo, segundo Caldart (2019), em documentos curriculares dos cursos de Licenciatura em Matemática de instituições públicas do estado de Rondônia descritas no Quadro 3. Entre os quatro cursos analisados, dois são oferecidos pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e dois pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO).

Quadro 03: Instituições públicas que ofertam Licenciatura em Matemática, campus e ano de implantação

Instituição de Ensino	Localização	Ano de implantação
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Porto Velho	1983
	Ji-Paraná	1988
Instituto Federal de Rondônia (IFRO)	Vilhena	2012
	Cacoal	2014

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Ressalta-se que os dados contidos em cada um dos documentos analisados serão utilizados e, sempre que necessário, serão complementados com informações e dados mais atualizados.

2.2.2.2 O Curso de Licenciatura no Campus de Porto Velho (UNIR)

Segundo a UNIR (2015), o município de Porto Velho, capital do estado e cidade com a maior população, abriga um dos cursos de Licenciatura em Matemática da UNIR. O documento aborda aspectos relacionados à realidade do estado, mas não enfatiza as particularidades da região onde a universidade está situada. Também apresenta dados sociais sobre os grupos etários da população, indicando uma redução nas taxas de analfabetismo. Em relação aos aspectos econômicos, afirma que Rondônia é um estado livre da febre aftosa, sendo denominado “Estado natural da pecuária” (UNIR, 2015, p. 7). Sua vocação econômica é pautada na agricultura, pecuária, extração vegetal e mineral. Além disso, a construção das usinas do Rio Madeira, por meio dos investimentos realizados, contribuiu para a aceleração do crescimento nas atividades econômicas.

O curso de Licenciatura em Matemática da UNIR, campus Porto Velho, foi a primeira graduação de uma instituição pública de ensino superior no estado de Rondônia, implantado em 1983 no município de Porto Velho. Sua criação visava atender à demanda por professores de matemática que já atuavam em sala de aula, mas sem formação específica. Em 1987, o curso passou a ser denominado Curso de Ciências com Habilitação em Matemática, abrangendo disciplinas como Matemática, Biologia, Física, Química e Noções Básicas de Geologia. Contudo, devido a manifestações de insatisfação por parte da comunidade acadêmica, em 1996 o curso foi reestruturado, resultando em uma mudança curricular que transformou a denominação de Curso de Ciências com Habilitação em Matemática para Licenciatura Plena em Matemática.

2.2.2.3 O Curso de Licenciatura Campus de Ji-Paraná (UNIR)

Segundo a UNIR (2019), o curso passou por três reformulações ao longo dos anos, especificamente em 1992, 1999 e 2006, com o intuito de atender às demandas de cada época. Inicialmente, foi oferecida a Licenciatura Curta em Ciências com habilitação em Matemática,

que foi extinta em 1992. Em seu lugar, foi criado o curso de Licenciatura Plena em Matemática, que funcionou até 1999 como uma extensão do curso de Porto Velho. Com a aprovação da Resolução 334/CONSEPE¹ em 14 de janeiro de 2000, o curso conquistou sua autonomia.

O curso está localizado no município de Ji-Paraná, que é parte da região central do estado e abrange 11 municípios, com uma população aproximada de 300 mil habitantes. É o único curso presencial da região. No que diz respeito ao contexto econômico, observa-se que a produção agropecuária foi o setor que mais cresceu nos últimos 30 anos, sendo destacada a afirmação de que “o setor agropecuário foi o responsável direto pelo crescimento econômico do estado.” Além disso, é importante ressaltar que Ji-Paraná pertence ao Território da Cidadania.

2.2.2.4 O Curso de Licenciatura Campus de Vilhena (IFRO)

O Projeto Político Pedagógico do curso do IFRO, campus de Vilhena, ressalta que o município sede do campus está localizado na região do Cone Sul do estado de Rondônia, que inclui também os municípios de Pimenta Bueno, Espigão do Oeste, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara e Parecis (IFRO, 2020, p. 8). Essa região abriga uma população de aproximadamente 204.895 habitantes, correspondendo a cerca de 13% da população do estado.

A manutenção do curso em Vilhena é justificada pelo atendimento às necessidades da região, considerando que, na região Norte do país, há grandes extensões territoriais com baixa densidade populacional. Além disso, os polos econômicos estão em expansão, mas ainda há áreas com ausência de serviços de transporte e uma carência significativa de profissionais para atender à demanda social. O documento destaca também a importância do acesso à Educação Básica com profissionais licenciados, enfatizando que a região ainda está distante de alcançar as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação em relação à elevação das matrículas no Ensino Superior.

O município de Vilhena teve, segundo o censo, uma taxa de escolarização líquida menor que aquela estimada pelo PNE. Na microrregião essa taxa é menor ainda. Ambas estão muito distantes daquela preconizada no PNE, que estabeleceu como meta incluir 30% dos jovens entre 18 e 24 anos na graduação até 2010. O novo PNE (2011-2020, em tramitação) possui como Meta 12: “Elevar a taxa bruta de matrícula

¹ Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta". (IFRO, 2020, p.15).

O PPC do curso se atualiza ao apontar metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) e que ainda há muito a se fazer para atingir metas estabelecidas no que tange à taxa de escolarização.

2.2.2.5 O Curso de Licenciatura Campus de Cacoal (IFRO)

O Campus de Cacoal foi estabelecido em uma localização estratégica ao longo da BR 364, que demandava o desenvolvimento de “uma instituição educacional que oferecesse cursos técnicos, tecnológicos e outros de nível superior” (IFRO, 2014, p. 11). Em 2009, a área da Escola Agrícola Municipal de Ensino Fundamental Auta Raupp, com aproximadamente 51 hectares, foi transferida para o IFRO de Cacoal.

Os cursos oferecidos na Escola Auta Raupp, antes de sua transferência para o IFRO, tinham como objetivo promover uma formação que possibilitasse aos estudantes contribuir com a economia familiar. Conforme descrito pelo IFRO (2014, p. 11, grifo nosso), “cerca de 95% dos alunos eram oriundos do meio rural; embora, com o tempo, mais jovens da zona urbana tenham passado a ingressar na escola, manteve-se, até a fase de transição para o Instituto Federal, um percentual sempre superior de alunos filhos de produtores agropecuários”. Contudo, a partir de 2009, a escola começou a enfrentar uma fase regressiva, que culminou em sua extinção em 2014.

O documento também menciona que, em 2009, foi criado o Núcleo Avançado de Cacoal, vinculado ao Campus de Ji-Paraná. Em setembro daquele ano, “uma audiência pública foi realizada para apresentar o Instituto e os resultados de uma pesquisa sobre atividades econômicas regionais, que embasaram parcialmente a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos” (IFRO, 2014, p. 11). Nesse contexto, foi decidido oferecer o Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio. O documento curricular afirma que a licenciatura foi criada para atender à demanda por profissionais capacitados nas áreas específicas da educação básica, especialmente em matemática.

Em síntese, os PPC dos cursos da UNIR tiveram processos de autorias semelhantes, sendo que em Porto Velho (UNIR, 2015), a reestruturação do PPC se deu por meio de reuniões com docentes que compõem o Núcleo Estruturante (NDE) do curso de matemática e discentes. Sendo que o Núcleo de Ciências Exatas e da Terra (NCET), especificamente o grupo Técnico

de Assuntos Educacionais (TAE), elaborou o checklist. O PPC de Ji-Paraná foi elaborado de igual modo, de forma coletiva, a partir de discussões frutuosas com o corpo docente, discentes e egressos, sendo sistematizado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso (UNIR, 2017).

Os PPC dos dois cursos do IFRO evidenciam que seus autores foram professoras e professores da instituição, sendo que ambos foram elaborados por uma comissão composta por 11 membros; IFRO (2020), por meio da Portaria nº139 de 08 de maio de 2019 e Cacoal (2014), Portaria 84, de 04 de julho de 2013/IFRO. O curso do campus de Cacoal se diferencia quanto à composição de quatro membros que realizaram assessoramento e revisão técnica do documento.

2.2.3 Autenticidade, confiabilidade e natureza dos textos

Os Projetos Político-Pedagógicos (PPC) atuam como documentos curriculares que atendem às exigências legais, servindo como instrumentos essenciais exigidos pelo Ministério da Educação para avaliação e autorização dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino.

No contexto da Universidade Federal de Rondônia, os PPC dos cursos oferecidos tanto no campus de Porto Velho quanto no de Ji-Paraná destacam a orientação pela Resolução n. 278/CONSEA²/UNIR, promulgada em 04 de junho de 2012. Essa resolução não apenas regulamentou, mas também forneceu parâmetros claros e diretrizes para a elaboração de seus respectivos PPC. Um aspecto relevante dos documentos é a inclusão de um tópico sobre legislação, no qual se elenca um conjunto de leis, decretos, portarias, resoluções e outros normativos que asseguram a confiabilidade e a autenticidade dos PPC. A legitimidade dos cursos é comprovada pelo fato de que todos estão aprovados, e a existência dos PPC é um requisito indispensável para tal validação. Além disso, os documentos curriculares estão disponíveis nas páginas oficiais das instituições, o que lhes confere status de documentos válidos e vigentes.

No que diz respeito aos PPC do Instituto Federal, as versões reformuladas em 2020 para o campus de Vilhena e em 2014 para o campus de Cacoal apresentam estruturas similares, refletindo um alinhamento nas diretrizes institucionais. Ambos os PPC detalham leis, decretos e resoluções que orientaram suas respectivas elaborações, demonstrando um rigoroso processo

² Conselho Superior Acadêmico.

de normatização. Esses documentos foram produzidos por comissões especificamente nomeadas para essa finalidade, o que assegura ainda mais a autenticidade e a validade dos conteúdos apresentados. Além disso, os PPC estão disponíveis no sítio oficial da instituição, juntamente com seus respectivos reconhecimentos, que resultaram de avaliações posteriores realizadas pelo Ministério da Educação. Esse processo de avaliação e reconhecimento reforça ainda mais a confiabilidade dos documentos, assegurando que os cursos atendam não apenas às exigências legais, mas também às expectativas sociais e acadêmicas.

Em suma, os PPC não são documentos burocráticos. Eles desempenham um papel crucial na estruturação da educação superior, articulando a visão pedagógica das instituições e garantindo que a formação oferecida esteja alinhada às demandas da sociedade e do mercado de trabalho. A elaboração cuidadosa desses documentos, fundamentada em normativas claras e procedimentos rigorosos, demonstra um compromisso com a qualidade educacional e a formação de profissionais competentes e bem preparados para enfrentar os desafios contemporâneos.

2.2.4 Os conceitos-chave e a lógica interna do texto

Segundo Taveira e Peralta (2020, p. 517), “documentos curriculares materializam as intencionalidades dispostas nos currículos oficiais e são utilizados como ferramenta das políticas curriculares, que se instauram normativamente tendo aqueles como via de expressão dessas.” Assim sendo, e entendendo por documento curricular “um documento normativo que se faz central na organização dos projetos formativos a ele subordinados” (idem), admite-se:

que a análise de tais documentos carrega o potencial de desvelar a intencionalidade que, se pautando em interesses, caracterizam os fundamentos de um currículo e permitem vislumbrar os projetos de formação autorreferenciados explícitos e implícitos [...] Admitindo currículo como amálgama, de e entre processos, na constituição de um projeto de formação, para e de acordo com um modelo de sociedade, explorar os discursos subjacentes aos processos parece pertinente e necessário para caracterizar o tal projeto de formação (Taveira; Peralta, 2020, p. 514).

Considerando os Projetos Pedagógicos de Curso como documentos curriculares, a análise buscou identificar os conceitos-chave e a lógica interna que, em complemento às dimensões anteriormente abordadas, possibilitam uma avaliação mais abrangente das propostas. Nesse contexto, faz-se relevante apresentar os objetivos gerais descritos em cada PPC, seguidos por enunciados de alguns objetivos específicos e outras dispersões relevantes.

No PPC de Licenciatura em Matemática do campus de Porto Velho da UNIR, espera-se formar cidadãos capazes de interferir e transformar o ambiente em que vivem, com compromisso social e *inserção na realidade sociocultural*. Almeja-se, ainda, que os formandos possam aprofundar seus conhecimentos por meio de diferentes formas e abordagens, entre outros, objetivando de forma geral:

qualificar profissionais para o exercício do Magistério na Educação Básica, preparando os egressos para a construção do senso crítico sobre o conhecimento matemático e o exercício da cidadania constituindo fundamentos para que os mesmos possam desenvolver habilidades e competências voltadas para o ensino da matemática e preparação para a vida. (UNIR, 2015, p. 8, grifos nossos).

O objetivo geral do curso do campus de Ji-Paraná da Unir é o de “formar professores com conhecimentos em Matemática e *Educação Matemática* para atuar no ensino da Matemática nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, comprometidos com a melhoria da qualidade da educação” (UNIR, 2017, p. 7, grifo nossos). Em que expectam alcançar na complementariedade presente nos objetivos específicos uma formação docente que considere “*o contexto social, cultural, econômico e político da realidade dos estudantes e onde a escola está inserida; o respeito à pluralidade cultural, e a consciência ambiental*” (UNIR, 2017, p. 14, grifos nossos).

Já o curso do IFRO campus de Vilhena tem por objetivo geral “habilitar profissionais Licenciados em Matemática para atuarem na Educação Básica, capazes de promover o *conhecimento teórico e prático*, com competências didáticas e pedagógicas, pautados nos valores e princípios éticos, políticos e legais, por meio da integração entre o ensino, a pesquisa e extensão” (IFRO, 2020, p. 17, grifo nosso). De forma complementar, esse curso visa especificamente desenvolver, no futuro professor, reflexão quanto ao *fazer pedagógico* e suas implicações na *realidade social*, integrando conhecimentos teórico a *prática e vivência* dos estágios e atividades complementares como as do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa Institucional de Residência Pedagógica (PRP), com fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em parceria com governo do estado de Rondônia.

O curso de Licenciatura em Matemática do IFRO no campus Cacoal tem por objetivo geral:

Licenciar professores de Matemática para o ensino fundamental e médio, mediante aquisição de competências relacionadas com o desempenho da prática pedagógica, preparando os para o *exercício crítico* e competente da docência, pautado nos valores e princípios estéticos, políticos e éticos, estimulando-os a pesquisa e ao auto aperfeiçoamento de modo a contribuir para a *melhoria das condições da Educação Básica*, contribuindo assim para o *desenvolvimento do cidadão* e da sociedade brasileira (IFRO, 2014, p. 19, grifos nossos).

O Projeto Pedagógico de Curso do campus de Cacoal do IFRO enfatiza uma abordagem interdisciplinar, pretende contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Destaca, ainda, a importância de desenvolver uma postura reflexiva e investigativa, capaz de “solucionar problemas reais da prática pedagógica, considerando as etapas de aprendizagem dos alunos, bem como suas características socioculturais”. (IFRO, 2014, p. 20, grifos nossos).

Além dos enunciados explícitos, os documentos foram analisados em busca de dispersões que possam complementar os conceitos-chave e a lógica interna dos textos. Essas dispersões são sintetizadas nos Quadros 4, 5 e 6 com o propósito de ampliar a compreensão sobre as correlações com a temática Educação do Campo. A análise busca identificar possíveis presenças e/ou ausências de fundamentos da Educação do Campo, segundo Caldart (2019), nos documentos curriculares dos cursos de Licenciatura em Matemática das instituições investigadas, apontando caminhos para uma reflexão mais aprofundada.

A partir da leitura minuciosa dos documentos curriculares analisados, foram identificadas palavras e/ou expressões que nos textos são apresentadas dentro de um contexto de relações de poder, saber e prática discursiva, desafiando uma interpretação única ou centralizada. Nesse sentido, a busca por aquelas que pudesse caracterizar dispersões por apresentarem heterogeneidade de significados, emergência de diferentes campos discursivos, contextualidade histórica e social, produção/construção de subjetividades, relação com práticas de poder e saber, legitimação ou contestação de sentidos, articulação em diferentes discursos.

Dessa forma, foram elencadas as seguintes palavras e/ou expressões nos PPC analisados:

- 1) Educação Matemática: presente em todos os documentos;
- 2) Educação do campo/educando do campo/ camponês(a)/ agricultura ou agrícola ou agropecuária/rural/movimento social/Reforma Agrária/Autores da EdoC: presentes em alguns dos documentos;
- 3) Etnomatemática: presente em todos os documentos.

Essas palavras e expressões configuram dispersões, porque possuem significados múltiplos que variam conforme os contextos discursivos, emergem de práticas sociais, políticas

e históricas específicas, sendo atravessadas por relações de poder e saber, transitam entre diferentes campos discursivos, como educação, matemática, sociologia, política e ecologia, produzem e reproduzem subjetividades e categorias sociais, sendo construídas e contestadas ao longo do tempo. Portanto, essas palavras e expressões não se constituem como um todo unificado, mas como partes de um campo discursivo amplo e diverso.

Quadro 4. Educação Matemática

PPC	Contexto
UNIR (2015)	Disciplina optativa de História da Educação Matemática; referências bibliográficas; objetivo de disciplina optativa (Etnomatemática); ementa da disciplina Laboratório de Ensino de Matemática; especialização do chefe do departamento; implantação de laboratório em Educação Matemática; SBEM.
UNIR (2017)	Grupo de Pesquisa; desenvolvimento de pesquisas; nos objetivos geral; específicos e do TCC; SBEM; nos componentes curriculares: Tópicos de Educação Matemática; Psicologia da Educação, Didática Geral; Metodologia e Prática de Matemática no Ensino Fundamental; nas referências bibliográficas; na formação do diretor do Campus.
IFRO (2020)	Disciplinas Pesquisa em Educação Matemática, do Núcleo de estudos de formação geral; referências bibliográficas.
IFRO (2014)	Perfil do licenciado que poderá desenvolver pesquisas científicas; referências bibliográficas.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Assim como Silva e Vizolli (2020, p. 15) que, ao analisarem os PPC do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual do Pará (UEPA), destacaram uma correlação relevante para a compreensão da dispersão evocada pela expressão Educação Matemática, os documentos curriculares das instituições do estado de Rondônia apontam que existem “implicações sociais, culturais e políticas que permitem ao professor formador de professores problematizar e debater a realidade, as demandas e os desafios da educação para a população campesina” ao ensinar Matemática.

Nesse contexto, a dispersão relacionada à Educação Matemática, ao englobar diferentes tendências e abordagens, abre espaço para promover uma interface significativa com a Educação do Campo. Ambas as expressões são campos discursivos complexos que integram diferentes saberes e práticas. A Educação Matemática, por exemplo, não é apenas a transmissão de conteúdos matemáticos, mas um espaço em que diversas abordagens (socioculturais, pedagógicas e epistemológicas) se cruzam, desafiando a ideia de um único modelo de ensino-aprendizagem. A Educação do Campo, por sua vez, é atravessada por debates sobre inclusão, práticas pedagógicas específicas e contextos culturais, refletindo a multiplicidade de significados atribuídos à educação em espaços do campo.

Quadro 5. Educação do campo/educando do campo/ camponês(a)/ agricultura ou agrícola ou agropecuária/rural/movimento social/Reforma Agrária/Autores da EdoC

PPC	Contexto
UNIR (2015)	<i>Agricultura</i> – para evidenciar a vocação econômica do Estado.
UNIR (2017)	<i>Agricultura</i> – Ao destacar a realidade econômica e social da região; expansão da <i>agropecuária</i> . <i>Educando do Campo</i> - na disciplina de Educação e Inclusão no Ensino de Matemática, ao reconhecer diferentes sujeitos; na ementa e conteúdo programático.
IFRO (2020)	<i>Educação do Campo</i> – na ementa da disciplina de Políticas Públicas e Legislação em Educação; na base legal que orienta o documento quanto aos conteúdos profissionais, os conteúdos da Educação Básica, consideradas as Diretrizes Curriculares Nacionais.
IFRO (2014)	Refere-se a produção <i>agrícola</i> e produtores <i>agropecuários</i> . <i>Rural</i> – para destacar a localidade/origem dos alunos “Inicialmente, cerca de 95% dos alunos eram oriundos do meio rural” (p. 11); Curso Técnico em <i>Agropecuária</i> Subsequente ao Ensino Médio (p. 12). <i>Reforma Agrária</i> – para indicar que a localização do Instituto é “originário do Projeto Integrado de Colonização Gy Paraná (matrícula 5.434), de 12 de novembro de 1991, do Instituto Nacional de Colonização e <i>Reforma Agrária</i> ” (p. 11).

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A dispersão refere-se à pluralidade de enunciados e práticas discursivas que constituem os campos de saber, não sendo unificados por uma essência ou por uma lógica interna fixa. Nesse sentido, as palavras e expressões listadas no Quadro 5 podem ser consideradas dispersões. Isso posto, pois são termos que representam categorias discursivas que variam conforme as práticas sociais, históricas e políticas. O “educando do campo” e o “camponês” não possuem uma identidade fixa, sendo constantemente (re)definidos por discursos que os situam ora como sujeitos de direitos, ora como agentes políticos, ou ainda como símbolos de resistência em contextos de luta por reforma agrária e educação específica. Esses termos operam em campos discursivos múltiplos, como economia, política, ecologia e sociologia. Cada um deles carrega significados específicos que dependem do contexto discursivo. Por exemplo, “rural” pode ser visto como um espaço de produção agrícola, como um território de exclusão social ou como um local de resistência cultural e comunitária.

As palavras e expressões representadas no Quadro 5 se referem a práticas discursivas diretamente relacionadas à luta política e às relações de poder. “Movimento social” e “reforma agrária” não têm significados unívocos, sendo moldados por disputas ideológicas e interesses políticos. Seus enunciados emergem em discursos acadêmicos, jurídicos e militantes, o que demonstra sua dispersão.

Ainda se tem que os autores que se debruçam sobre a Educação do Campo formam um conjunto diversificado de enunciados que não seguem uma única linha teórica ou metodológica. Cada autor contribui com perspectivas distintas, o que evidencia a multiplicidade de discursos sobre a Educação do Campo e as práticas associadas a ela. Contudo, é importante salientar que,

nas referências bibliográficas dos quatro PPC analisados, não foram identificados referenciais teóricos que dialoguem diretamente com as concepções e perspectivas da Educação do Campo.

O conjunto de palavras e expressões apresentado no Quadro 6 ilustra aquilo que Molina (2021, p. 4) destaca sobre as Licenciaturas em Educação do Campo, ao afirmar que esses cursos “têm sido capazes de dar efetivas contribuições à inclusão de uma ampla diversidade de sujeitos camponeses na educação superior no Brasil”. Além disso, a mesma autora enfatiza, com base nas produções acadêmicas, “a qualidade da inserção de egressos(as) nas redes públicas de ensino” (idem, p. 5). Nesse contexto, a LEdoC cumpre sua função social ao oferecer às comunidades sujeitos sociais que têm contribuído significativamente com o ensino nas redes públicas.

Quadro 6. Etnomatemática

PPC	Contexto
UNIR (2015)	Como disciplina optativa, na ementa, conteúdo programático e referências bibliográficas.
UNIR (2017)	Na ementa, conteúdo programático da disciplina, Tópicos de Educação Matemática e referências bibliográficas.
IFRO (2020)	Na referência bibliográfica.
IFRO (2014)	Requisitos mínimos para atuação docente no curso; na ementa da disciplina História da Matemática.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A Etnomatemática ilustra a ideia de dispersão ao questionar a universalidade da matemática e integrar diferentes práticas culturais e epistemologias locais. Ela atravessa discursos de antropologia, educação e matemática, enfatizando a pluralidade de formas de pensar e praticar a matemática em contextos culturais diversos.

Ao buscarmos fundamentos da Educação do Campo na dispersão Etnomatemática, consideramos seu potencial para valorizar os saberes e fazeres campesinos, alinhando-se à possibilidade de desenvolver as dimensões propostas por D’Ambrósio (2002): política, educacional, conceitual, epistemológica, histórica e cognitiva. De acordo com Silva e Vizolli (2020, p. 13), a Etnomatemática se apresenta “como alternativa pedagógica” capaz de estabelecer relações entre a matemática vivenciada nos contextos das comunidades campesinas e a matemática escolar.

3 CONSIDERAÇÕES

Neste ponto do texto, parece oportuno retornar ao ponto de partida, ao momento em que as reflexões para a produção deste artigo começaram. Essa retomada permite compreender as escolhas realizadas ao longo do processo.

Todas as pessoas autoras deste estudo integram o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Avançada em Currículo (NIPAC) e o Grupo de Trabalho em Teoria Crítica e Educação em Ciências e Matemática (GTCEM), vinculados à Pós-Graduação em Educação para a Ciência, da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Bauru que, desde 2013, dedica-se a estudos curriculares. Uma das etapas importantes foi a elaboração de um projeto de pesquisa de doutorado voltado a estudos curriculares na América Latina, especificamente do Peru, sobre formação inicial de professores de Matemática e sua relação com a Educação do Campo. Após a definição do *locus* de pesquisa no Peru, optou-se por investigar também a Licenciatura em Educação do Campo do município de Rolim de Moura, em Rondônia.

A professora da LEdoC de Rondônia, primeira interlocutora com a instituição, disse: “você sabe que não temos matemática como área de formação”. Porém, aquelas expressões não foram absorvidas, entendidas no primeiro momento, e até em segundos momentos. Inclusive foram realizados trâmites burocráticos para a parceria para o desenvolvimento do projeto de doutorado. Contudo, ao ampliar as leituras é que se constatou o que disse a professora, não licenciamos professoras e professores para ensinar matemática em escolas do campo.

Essa constatação levou a um questionamento central: se a LEdoC presente em Rondônia não oferece formação em Matemática para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio em escolas do campo, *qual instituição se dedica a essa formação?*

Sendo assim, há a necessidade de se discutir a formação de professoras e professores para a Educação no Campo, dando ênfase em como os currículos de formação de professores de matemática abordam – ou deixam de abordar – requisitos específicos da Educação do Campo. Muitos programas de formação inicial e continuada ainda se baseiam num currículo urbano e generalista, o que limita a capacidade dos futuros professores de contextualizar o ensino de matemática nas realidades do campo (Ribeiro; Castro, 2013).

Essa discussão curricular é importante para que os futuros professores estejam preparados para construir práticas pedagógicas mais significativas, que integram o ensino de Matemática ao contexto e às necessidades locais. A formação em Educação do Campo não deve

ser apenas uma especialização, mas parte constitutiva dos currículos de licenciatura em Matemática, para que se tenha uma formação ampla, crítica e homologada às diferentes realidades educacionais. Um currículo que promova a integração sociocultural e ao contexto de vida dos estudantes e que reconheça “que no campo há diferentes povos, com diferentes práticas profissionais e atividades culturais” (Silva; Formigosa, 2024, p. 4), que é importante ser discutido no percurso de formação docente.

Dessa forma, considerando essas premissas, foram analisados os PPC dos cursos de Licenciatura em Matemática de dois campus da UNIR e de dois campus do IFRO, procurando identificar a presença e/ou ausência de fundamentos da Educação do Campo na formação de futuras/os professoras e professores de Matemática.

No Plano de Desenvolvimento Estadual de Rondônia para o período de 2015-2030, destaca-se a relevância da agricultura familiar, responsável pela maior parte do fornecimento de produtos para o consumo interno e para as pequenas agroindústrias. O documento também apresenta propostas voltadas para a Educação do Campo, articulando-a à Educação Profissional, além de sugerir a criação de uma Faculdade Estadual Rural, com previsão de planejamento para estrutura física, recursos humanos e orçamentários para sua implementação. É importante ressaltar que todos os PPC analisados caracterizam a agricultura como uma das principais potencialidades econômicas do estado.

Entretanto, entre 2010 e 2022, 354 escolas no campo foram fechadas. Esse dado levanta uma questão crucial: como um estado com forte dependência da agricultura familiar pode admitir o fechamento de tantas unidades de ensino no campo? Que projeto societário está sendo efetivamente implementado? Questões como essas, neste texto, cumprem uma dupla função: ao passo em que instigam a pessoa leitora a reflexões, abrem caminhos para a realização de investigações futuras e mais profundadas sobre a temática em território rondoniense.

Os PPC analisados evidenciam uma carência significativa de professores habilitados em Matemática para atender às demandas do estado, tanto nas áreas urbanas quanto no campo. Essa constatação reforça a necessidade de problematizar nossa questão investigativa: como formar docentes de Matemática para atuar nos contextos do campo, contemplando as especificidades de cada região, território e dos sujeitos que vivem no campo?

O enunciado “Educação do Campo” está explicitamente presente no PPC do Campus de Vilhena, especialmente ao abordar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, que destacam a EdoC como uma modalidade a ser atendida pela Educação Básica. Além disso,

a ementa da disciplina Políticas Públicas e Legislação em Educação ressalta o direito à Educação do Campo, reforçando sua relevância no contexto educacional.

No PPC do Campus de Ji-Paraná, o termo “educando do campo” aparece nos objetivos da disciplina Educação e Inclusão no Ensino de Matemática, que reconhece a importância de promover práticas pedagógicas específicas voltadas à diversidade, valorizando os “aspectos inerentes à cultura, hábitos e especificidades desses educandos” (UNIR, 2017, p. 81).

Ademais, as dispersões Etnomatemática e Educação Matemática, identificadas nos PPC, apresentam-se como caminhos potenciais para desenvolver e articular uma matemática enraizada na diversidade e nos contextos campesinos, fortalecendo o diálogo entre o saber escolar e as práticas culturais das comunidades do campo.

4 CONCLUSÃO

Ao investigar evidências, em termos de ausências e presenças, de fundamentos da Educação do Campo nos Projetos Pedagógicos de Curso das instituições de ensino superior públicas de Rondônia, há menções à essa temática de forma direta em dois PPC analisados, os de Porto Velho e Ji-Paraná. No entanto, nem esses nem os PPC de Vilhena e Cacoal apresentam referenciais teóricos ou explicitam as concepções que fundamentam a EdoC. O estado de Rondônia, em seu Plano de Desenvolvimento Estadual para o período de 2015-2030, propõe uma EdoC profissionalizante, com planejamento para a implantação de uma Faculdade Estadual Rural.

Entre as dispersões identificadas, destacam-se a Educação Matemática e a Etnomatemática, que, nas práticas e vivências propostas nos PPC, podem se constituir como um meio de desenvolvimento da EdoC, a partir dos contextos e realidades dos estudantes. No entanto, para que isso se concretize, é necessário investigar a aplicação prática dessas abordagens, especialmente sob uma perspectiva curricular, já que as vivências formativas e a identidade dos formadores – que também constituem o currículo – têm o potencial de gerar impactos na formação dos futuros licenciados, particularmente para o ensino de matemática nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

A constatação de lacunas referentes à explicitação de fundamentos, para EdoC nos PPC analisados, suscita duas possibilidades: a) a LEdoC já existente no estado de Rondônia ser ampliada para formar professores para a docência na área de Matemática e b) que as IES, com cursos de Licenciatura em Matemática, revisem seus currículos para incluir, na formação inicial

de professores, princípios, fundamentos e concepções da EdoC, contemplando a diversidade de contextos, especialmente a Educação do Campo.

Tais possibilidades podem ser consideradas a contrapelo de um projeto de sociedade que, ancorada em uma organização social capitalista predatória, precisa repensar relações de cuidado e de produção vinculadas ao direito à terra. Nesse contexto, as instituições públicas de ensino superior de Rondônia, com todas as suas potencialidades, podem ser um importante instrumento de luta por justiça social³, ao integrar discussões sobre a EdoC nos cursos que formam professores para o ensino de Matemática no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, contemplando a luta dos sujeitos coletivos do trabalho do campo, a agricultura camponesa (luta, trabalho, cultura) como questão identitárias e de classe, e uma concepção de educação com finalidade emancipatória.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 25 nov. 2024.

CALDART, R. S. Concepção de Educação do Campo: um guia de estudo. In: MOLINA, M. C.; MARTINS, M. F. A. (Orgs.). **Formação de formadores:** reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil. p. 55-76. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MOLINA, M. C. Resultados de pesquisas sobre os (as) Egressos (as) das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantins, v. 6, p. 1-18, 2021. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e13419X>

CELLARD, A. Análise Documental. In: POUPART, J, et al. (org.). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. p. 295-316. Petrópolis: Vozes, 2012.

FERREIRA DA SILVA, K.; VIZOLLI, I. Licenciatura em Matemática da Universidade do Estado do Pará – UEPA e a formação para o trabalho docente no contexto rural de Conceição do Araguaia – PA. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantins, v. 5, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/9000/17826> Acesso em: 21 abr. 2025.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

³ Na perspectiva bidimensional de Nancy Fraser (Fraser, 2006; 2009), Reconhecimento se, e somente se, Redistribuição (Taveira, 2023).

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 14-15, p. 231–239, 2006. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>

FRASER, N. Reenquadramento a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 77, pp. 11-39, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000200001>

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Projeto Político do Curso de Licenciatura em Matemática**. Cacoal: IFRO, 2014.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Projeto Político do Curso de Licenciatura em Matemática**. Vilhena: IFRO, 2020.

RIBEIRO, E. F.; DE CASTRO, M. A. C. D. Formação inicial e continuada do docente no contexto da Educação do Campo a partir do protagonismo dos movimentos sociais do campo. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 6, n. 2, p. 224-241, 2013. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/104> Acesso em: 21 abr. 2025.

RONDÔNIA. **Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia**. Porto Velho: Governo do Estado de Rondônia, 2015. Disponível em: <https://antigo.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PDES/26.11.%20PLANO%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20ESTADUAL%20SUSTENT%C3%81VEL%20DE%20ROND.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2024.

SCARIOT, J. R. S. S., et. al. Panorama de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 5, p. 1-21, 2020. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e5820>

SILVA, M. J. da; FORMIGOSA, M. M. A Etnomatemática no contexto da Educação do Campo: perspectivas do currículo. **REAMEC – Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**, Cuiabá, Brasil, v. 12, 2024. <https://doi.org/10.26571/reamec.v12.15782>

SOUZA, S. A. F. **Conhecendo Análise de Discurso: Linguagem, Sociedade e Ideologia**. Manaus: Editora Valer, 2006.

TAVEIRA, F. A. L.; PERALTA, D. A. Análise de documentos curriculares de Matemática inspirada na ética discursiva de Jürgen Habermas. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 512-537, 2022. <https://doi.org/10.23925/1983-3156.2020v22i3p512-537>

TAVEIRA, F. A. L. **Reconhecimento e redistribuição: um estudo (comparativo) das injustiças curriculares relacionadas ao provimento de questões de gênero e sexualidade na formação inicial de professoras/es de Matemática**. 105p. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/8d10ac44-cfcf-4785-8889-b2a075af171f> Acesso em: 21 abr. 2025.

TREVISAN, A. C. R.; DALCIN, A. Formação interdisciplinar de professores: percepções de egressos de um curso de Ciências Naturais e Matemática. **REAMEC – Rede Amazônica de**

Educação em Ciências e Matemática, Cuiabá, Brasil, v. 8, n. 2, p. 206–231, 2020.
<https://doi.org/10.26571/reamec.v8i2.9967>

UNIR. Universidade Federal de Rondônia. Projeto Político do Curso de Licenciatura em Matemática. Ji-Paraná: UNIR, 2017.

UNIR. Universidade Federal de Rondônia. Projeto Político do Curso de Licenciatura em Matemática. Porto Velho: UNIR, 2015.

UNIR. Universidade Federal de Rondônia. Projeto Político Pedagógico Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais. Rolim de Moura: UNIR, 2014.

APÊNDICE 1 – INFORMAÇÕES SOBRE O MANUSCRITO

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Avançadas em Currículo – NIPAC e ao Grupo de Trabalho em Teoria Crítica e Educação em Ciências e Matemática – GTCEM por serem os espaços em que brotaram as inquietações e desassossegos que originaram este artigo.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORIA

Resumo/Abstract/Resumen: Márcia Regina de Souza Silva e Flavio Augusto Leite Taveira.

Introdução: Márcia Regina de S. Silva, Sílvia Letícia da Silveira Neves Barboza, Flavio Augusto Leite Taveira e Deise Aparecida Peralta.

Referencial teórico: Márcia Regina de Souza Silva e Sílvia Letícia da Silveira Neves Barboza.

Análise de dados: Márcia Regina de Souza Silva, Sílvia Letícia da Silveira Neves Barboza, Flavio Augusto Leite Taveira e Deise Aparecida Peralta.

Discussão dos resultados: Márcia Regina de Souza Silva, Sílvia Letícia da Silveira Neves Barboza, Flavio Augusto Leite Taveira e Deise Aparecida Peralta.

Conclusão e considerações finais: Márcia Regina de Souza Silva, Sílvia Letícia da Silveira Neves Barboza e Flavio Augusto Leite Taveira.

Referências: Márcia Regina de Souza Silva, Sílvia Letícia da Silveira Neves Barboza e Flavio Augusto Leite Taveira.

Revisão do manuscrito: Deise Aparecida Peralta

Aprovação da versão final publicada: Flavio Augusto Leite Taveira e Deise Aparecida Peralta.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmica, política e financeira referente a este manuscrito.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados da pesquisa foi publicado no próprio artigo.

PREPRINT

Não publicado.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

COMO CITAR - ABNT

SILVA, Márcia Regina de Souza; BARBOZA, Sílvia Letícia da Silveira Neves; TAVEIRA, Flavio Augusto Leite, PERALTA, Deise Aparecida. Educação do campo e a formação de professoras/es de matemática: uma análise de documentos curriculares do estado de Rondônia. **REAMEC – Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**. Cuiabá, v. 13, e25009, jan./dez., 2025. <https://doi.org/10.26571/reamec.v13.18791>

COMO CITAR - APA

Silva, M. R. de S., Barboza, S. L. da S. N., Taveira, F. A. L., Peralta, D. A. (2025). Educação do campo e a formação de professoras/es de matemática: uma análise de documentos curriculares do estado de Rondônia. *REAMEC - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática*, 13, e25009. <https://doi.org/10.26571/reamec.v13.18791>

DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista REAMEC – Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática - os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico. Os editores da Revista têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

POLÍTICA DE RETRATAÇÃO - CROSSMARK/CROSSREF

Os autores e os editores assumem a responsabilidade e o compromisso com os termos da Política de Retratação da Revista REAMEC. Esta política é registrada na Crossref com o DOI: <https://doi.org/10.26571/reamec.retratacao>



OPEN ACCESS

Este manuscrito é de acesso aberto ([Open Access](#)) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la - ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



LICENÇA DE USO

Licenciado sob a Licença Creative Commons [Attribution-NonCommercial 4.0 International \(CC BY-NC 4.0\)](#). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



VERIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE

Este manuscrito foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o *software* de detecção de texto [iTThenticate](#) da Turnitin, através do serviço [Similarity Check](#) da Crossref.



PUBLISHER

Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECEM) da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC). Publicação no [Portal de Periódicos UFMT](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da referida universidade.



EDITOR

Dailson Evangelista Costa

AVALIADORES

Andre Flavio Goncalves Silva  

Sandra Maria Nascimento de Mattos  

Avaliador 3: não autorizou a divulgação do seu nome.

HISTÓRICO

Submetido: 03 de dezembro de 2024.

Aprovado: 27 de março de 2024.

Publicado: 25 de abril de 2025.
